



A Revista HISTEDBR On-line publica artigos resultantes de estudos e pesquisas científicas que abordam a educação como fenômeno social em sua vinculação com a reflexão histórica

Correspondência ao Autor
Nome: Jorge Fernando Hermida
E-mail:
jorgefernandohermida@yahoo.com.br
Instituição: Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Submetido: 16/08/2020
Aprovado: 28/09/2020
Publicado: 17/12/2020

[doi>](#)
e-Location: e020058
ISSN: 1676-2584



HISTÓRIA SOCIAL DA CRIANÇA PROLETÁRIA: CONTRIBUIÇÕES DA OBRA DE FRIEDRICH ENGELS PARA A COMPREENSÃO DO TEMA

Jorge Fernando Hermida¹

RESUMO

Dentro das intencionalidades possíveis, este artigo se colocou como desafio contribuir para a composição de uma proposta de história social da criança proletária, tendo em vista as interpretações e perspectivas históricas idealistas, não históricas, híbridas, parciais e descontextualizadas que existem sobre as visões, os sentidos e os modos de conceber as crianças e o conceito de infância desde os primórdios da Revolução Industrial até os nossos dias. Ao analisar a produção acadêmica nacional e internacional, constatamos um denominador em comum: mesmo existindo uma grande variedade e quantidade de pesquisas vinculadas a diversos âmbitos da criança e sua infância, os estudos sobre crianças proletárias em tempos de profundas mudanças econômicas e sociais ocorridas no século XIX na Europa é quase que insignificante. Valendo-nos dos aportes do materialismo histórico e dialético, analisamos as contribuições de A situação da classe trabalhadora na Inglaterra, de Friedrich Engels, para a compreensão do tema. Tendo como fundamento os aportes da obra clássica de Engels, o estudo conclui que é possível visualizar uma nova configuração do conceito e de um novo sentimento de infância, de natureza materialista e não idealista, baseado fundamentalmente no papel que coube às crianças proletárias em tempos de mudanças sociais. Ao ser elaborado e redimensionado pela classe trabalhadora, ele precisa ser reconhecido e incorporado pela academia.

PALAVRAS-CHAVE: História social da criança proletária. Infância. Friedrich Engels.



SOCIAL HISTORY OF THE PROLETARY CHILD: CONTRIBUTIONS OF FRIEDRICH ENGELS' WORK TO THE UNDERSTANDING OF THE THEME

Abstract

Within the possible intentionalities, this article put itself as a challenge to contribute to the composition of a proposal of proletarian child's social history, considering the idealistic, non-historical, hybrid, partial and decontextualized historical interpretations and perspectives that exist on visions, meanings and ways of conceiving the children and the concept of childhood from the beginning of the Industrial Revolution to present days. When analyzing the national and international academic production, we find a common denominator: even though there is a wide variety and amount of research linked to various areas of the child and his childhood, studies on proletarian children in times of profound economic and social changes that occurred in the nineteenth century in Europe is almost insignificant. Using the concepts of historical and dialectical materialism, we analyze the contributions of "The Condition of the Working Class in England", by Friedrich Engels, to understand the theme. Based on the contributions of Engels' classic work, the study concludes that it is possible to visualize a new configuration of childhood concept and a new childhood sense, of a materialistic and non-idealistic nature, based fundamentally on the proletarian children's role in times of social change. When it is elaborated and resized by the working class, it needs to be recognized and incorporated by the academy.

Keywords: Social History of the proletarian child. Childhood. Friedrich Engels.

HISTORIA SOCIAL DEL NIÑO PROLETARIO: CCONTRIBUCIONES DE LA OBRA DE FRIEDRICH ENGELS PARA NA COMPRESIÓN DEL TEMA

Resumen

Dentro de las posibles intenciones, este artículo se planteó como um desafío contribuir en la composición de una propuesta de história social del niño proletário, considerando las interpretaciones idealistas, no históricas, híbridas, parciales y descontextualizadas, que existen sobre las visiones, los sentidos y las formas de concebir a los niños y el concepto de infancia, desde el origen de la Revolución Industrial hasta nuestros días. Al analizar la producción academica nacional e internacional, encontramos un denominador comum: a pesar de que existe una gran variedad y cantidad de investigación vinculada a diferentes áreas del niño y su infancia, los estúdios sobre niños proletários en tiempos de profundos cambios econômicos y sociales ocurridos en el siglo XIX en Europa es casi-que-insignificante. Utilizando las contribuciones del materialismo histórico y dialéctico, analizamos las contribuciones de *La situación de la clase trabajadora en Inglaterra*, de Friedrich Engels, para comprender el tema. Basado en las contribuciones del trabajo clásico de Engels, el estudio concluye que es posible visualizar una nueva configuración del concepto de infancia y un nuevo sentimiento de infância, de naturaleza materialista y no idealista, basado fundamentalmente en el papel de los niños proletarios en tempos de cambio social. Al ser elaborado y redimensionado por la clase trabajadora, debe ser reconocido e incorporado por la academia.

Palabras clave: Historia social del niño proletario. Infancia proletaria. Friedrich Engels.



INTRODUÇÃO

Como todos sabemos, o fascínio de muitos pesquisadores pelas crianças pequenas no país vem acompanhando o interesse despertado no mundo inteiro por temas vinculados à criança e às diversas formas de vivenciar sua infância. São muitos os campos de conhecimento que, desde a década de 1970, têm se preocupado por pesquisar o tema criança/infância, construindo objetos de estudo relacionados a este assunto. Pelo seu caráter altamente relevante, a temática começou a ter forte presença nas pautas políticas, sociais, acadêmicas e educacionais no Brasil e no mundo. (HERMIDA, 2020).

Essa preocupação pelas crianças e sua infância gerou mudanças nos âmbitos políticos, sociais e educacionais; além disso, motivou a realização de pesquisas e uma profícua produção acadêmica. No caso específico do Brasil, isso trouxe inúmeros benefícios, pois, até então, neste país, o atendimento às crianças pequenas e os cuidados com sua educação não eram valorizados. Tendo como marcos fundantes a Constituição Federal de 1988 (CF/88) e o Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990 (ECA/90), o direito de as crianças usufruírem a sua infância passou a ser garantido enquanto princípio inalienável e direito social.²

Do ponto de vista histórico, a formulação de novas políticas e direitos sociais e educacionais para a infância procurou superar uma fragilidade na matéria, que dizia respeito à polarização econômica, material e cultural existente entre diversos setores da sociedade brasileira, caracterizada tal polarização, neste estudo, como capitalista, periférica, associada e dependente. Assim dizemos pelo fato de reconhecermos que, dentre as polarizações mais acirradas, estava a dicotomia assistencialismo x educação, isto é, propostas educacionais diferentes para públicos (crianças) diferentes. Se por um lado as creches e pré-escolas foram criadas com finalidade assistencialista para atender a crianças pobres, provenientes de famílias de baixa renda e filhos da classe trabalhadora, por outro lado existiram instituições que promoviam outro tipo de oferta, com propósitos educativos, adequadamente destinados aos filhos da classe mais abastada e dominante.

As novas políticas públicas para a infância foram formuladas pela sociedade política na perspectiva da equidade social. É importante frisar, no entanto, que as conquistas políticas, sociais e educacionais da época (décadas de 1980 e 1990), para a infância, foram construções históricas da sociedade civil, motivadas pelos movimentos sociais e organizações classistas defensoras de interesses pontuais da classe trabalhadora.

Simultaneamente ao processo de reconhecimento de direitos para a criança e sua infância, ocorreu o inédito interesse dos pesquisadores de diversas áreas (história, sociologia, filosofia, educação, artes, educação física, antropologia, política, pedagogia), que passaram a produzir conhecimento sobre concepções de infância, a condição de ser criança e suas especificidades, principalmente as educacionais. Consequência disso, também presenciamos nos últimos anos uma produção incipiente e qualificada de artigos, livros, revistas, obras de arte, brinquedos e pesquisas. Do ponto de vista epistemológico, essa oferta cultural e acadêmica



sobre e ou para as crianças é fruto de teorias, concepções e metodologias de natureza diferente e antitética, que se concretizaram notadamente nos campos de conhecimento da história, da sociologia e da pedagogia (educação) a fines do século XX.

Com o advento da pós-modernidade, os sentidos de infância e os conceitos de criança adquiriram roupagens diversificadas. Motivado pelas novas abordagens, surge, na Europa, um movimento de natureza renovadora, que passou a ser chamado de Sociologia da Infância. Foi assim que na França a Sociologia da Infância fez da criança e sua infância um lugar para suas pesquisas. (ABRAMOWICZ, 2011; GONÇALVES, 2015). Fiel a sua perspectiva de conceber o real, o processo de fragmentação da realidade permite que se possa falar em plural, isto é, de infâncias e crianças. Não se trata mais de estudar temas a partir de macroestruturas racionalizantes, mas sim priorizar as singularidades e especificidades dos fenômenos, abrindo-se mão daquilo que conhecemos como ontologia do ser social. (EVANGELISTA, 1997). O “novo” sempre procurando possibilidades teóricas para pensar a criança e sua infância, invertendo processos de subalternização desses sujeitos para além da ortodoxia característica dos paradigmas hegemônicos. (ABRAMOWICZ, 2011, p. 24).

Também há, na Sociologia da Infância, uma preocupação diretamente vinculada com a educação, no sentido de fazer presente uma crítica radical à educação tradicional e conteudista, que na época dominava a realidade educacional francesa.

Os temas problematizados por essa nova abordagem ocasionaram a emergência de uma proposta pedagógica específica para a Educação Infantil e as crianças, que, ancorada em perspectivas construtivistas e pós-modernas, se intitulou Pedagogia da Infância. A proposta vem conquistando significativos espaços, chegando a influenciar a formulação de recentes políticas educacionais, como, por exemplo, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) da Educação Infantil. Como se trata de uma proposta que busca privilegiar os campos de experiências, a aprendizagem na BNCC da Educação Infantil configura-se como sendo um de seus elementos centrais, pois valoriza a perspectiva da integração da criança no seu ambiente, para lhe oportunizar a resolução de situações-problema na perspectiva de aprender a aprender, conforme foi descrito por Duarte (2008).

Contrapondo-se a essa perspectiva pós-moderna, que é a favor do império da economia e da política neoliberais (SAVIANI, 2019), temos, no extremo epistemológico oposto, o coletivo de pesquisadores que, identificados com a perspectiva da Pedagogia Histórico-crítica, se colocaram desafios teóricos e políticos para fazer a teoria avançar, inclusive nos aspectos didáticos, pedagógicos e até mesmo nos procedimentos metodológicos relativos à prática de ensino na sala de aula. Como afirmou Saviani (2019, p. 223), “A estratégia em questão implica darmos efetividade, ou seja, darmos forma concreta para o caráter coletivo da prática pedagógica histórico-crítica. É esse o desafio que precisamos enfrentar.” Esta perspectiva também tem a adesão de pesquisadores que se debruçam sobre temas relacionados à criança, à infância e à Educação Infantil.



Finalmente, temos os aportes da pesquisa histórica sobre crianças e infâncias. Adotando uma nova perspectiva historiográfica, diversos temas de pesquisa educacionais históricas deixam de lado os estreitos limites da educação formal e inauguram outros estudos, indo além da percepção clássica e propondo novos temas, como, por exemplo: história das ideias pedagógicas, história das instituições, história da pedagogia, história da legislação educacional, história da didática, história de métodos e setores de ensino (rural, indígena, especial, a distância), entre outros. (KUHLMANN JUNIOR, 1998).

Esse interesse pelas crianças e suas infâncias nos últimos tempos não foi, no entanto, uma qualidade que esteve presente no transcurso da história da humanidade. Foi preciso esperar até o século XVII para que as crianças e suas infâncias se tornassem objeto de preocupação a partir do reconhecimento do seu lugar na família e na sociedade. (ARIÈS; DUBY, 2009a, 2009b, 2009c, 2009d e 2009e; ARIÈS, 2015; KLEIN, 2012; KUHLMANN JUNIOR, 2000, 1998; LIMA, 2014; DEL PRIORE, 2007; HERMIDA, 2020; FREITAS, 2016).

Os estudos internacionais sobre criança e infância, suas representações e práticas infantis têm um acúmulo de produções quantitativa e qualitativamente relevantes. Um dos pioneiros nesse tipo de estudo foi o pesquisador francês Philippe Ariès (1914-1984). Seus estudos e pesquisas inauguraram uma nova perspectiva para as pesquisas sociais e históricas direcionadas à criança e infância, família e juventude da Idade Média. (DEL PRIORE, 2007; HERMIDA, 2020). As pesquisas, essencialmente multidisciplinares, começaram a dar à luz a partir de 1948³ e, após serem sistematizadas, foram publicadas em diversos países – inclusive no Brasil. Entre as principais obras do autor, destacam-se a coleção de cinco volumes dirigida junto a Georges Duby, intitulada *História da vida privada* (ARIÈS; DUBY, 2009a, 2009b, 2009c, 2009d e 2009e), e sua obra clássica *História social da criança e da família*. (ARIÈS, 2015). O cientista francês inovou na arte de pesquisar na perspectiva social e histórica, utilizando fontes até então impensadas, a exemplo de obras de arte (monumentos e imagens iconográficas leigas e religiosas), túmulos, cadernos de batismo e diários de família. O grande louro acadêmico de Philippe Ariès foi ter transformado a criança e sua família como objetos de estudo das pesquisas historiográficas.

O interesse internacional por tal objeto de pesquisas também teve seus desdobramentos no Brasil. Como bons exemplos desse *boom* acadêmico, destacamos os esforços desenvolvidos pelo Instituto Franciscano de Antropologia desde a década de 1990, que, através de diversas iniciativas editoriais, estimulou o debate sobre a experiência cotidiana de ser criança e a construção social da infância, com destaque especial para a trilogia de publicações promovidas pela professora Irene Rizzi (2003, 2008, 2009).

Paralelamente, temos os aportes do Núcleo Estudos Avançados em História Social da Infância da Universidade São Francisco, que também, desde fins da década de 1990, vêm congregando investigadores interessados na pesquisa interdisciplinar sobre infância e sociedade, sobressaindo-se a história social da infância nos séculos XVIII, XIX e XX.



Debruçando-se, ainda, sobre temas como: a infância no século XIX a partir da memória dos viajantes; as instituições de assistência à infância; arquitetura escolar republicana; amparo ao menor e cuidados médicos; políticas públicas e criminalidade; história social da doença, educação especial; literatura infantil; ideias pedagógicas, entre outros. (FREITAS, 2016). Os estudos desse Núcleo muito têm contribuído para a renovação da história e da historiografia da educação infantil no Brasil.

Um outro coletivo que merece atenção é o organizado pela professora Mary Del Priore (2007). Sempre sensível às históricas injustiças sociais que caracterizam a sociedade brasileira, a autora a todo momento se preocupou com o lugar das crianças numa sociedade profundamente desigual marcada por intensas transformações culturais. Apelando à perspectiva histórica, a autora afirma que muitas das respostas que os especialistas procuram **só a história pode dar**. (DEL PRIORE, 2007, p. 08). Entre suas principais abordagens e pesquisas, destacam-se aquelas vinculadas ao cotidiano da criança livre no Brasil, entre a Colônia e o Império; crianças nas embarcações portuguesas no século XVI; os jesuítas e as crianças no Brasil; criança e criminalidade no início do século XX; o trabalho das crianças nos canaviais de Pernambuco; crianças escravas, crianças dos escravos; e vida de criança na elite no Império. (DEL PRIORE, 2007).

Ao nos determos na análise da rica e vasta produção acadêmica nacional e internacional, constatamos, no entanto, um denominador em comum: mesmo existindo uma vasta e variada produção de pesquisas tematizando sobre a criança e sua infância, os estudos sobre crianças proletárias, vinculados aos momentos de profundas mudanças econômicas, sociais, políticas e culturais ocorridos no século XIX na Europa (a revolução industrial e a consolidação da formação social capitalista) são inexpressivos.⁴

Dentro das intencionalidades possíveis, este artigo se colocou o desafio, não menos importante, de contribuir para a redação de um esboço daquilo que poderia ser considerada uma proposta de **história social da criança proletária**, tendo em vista as interpretações e perspectivas históricas idealistas, não históricas, híbridas, parciais e descontextualizadas que existem sobre as visões, os sentidos e os modos de conceber as crianças e o conceito de infância, desde os primórdios da revolução industrial até os nossos dias.

Reconhecendo a amplitude e as complexidades que caracterizam um estudo desta natureza, nesta ocasião nos limitaremos a pesquisar as contribuições que a obra *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*, de Friedrich Engels (2010), tem para a fundamentação de uma história social da criança proletária.

As considerações supracitadas nos conduziram a explicitar o seguinte problema: *É possível encontrar fundamentos na obra clássica “A situação da classe trabalhadora na Inglaterra, de Friedrich Engels”, que nos permitam escrever e defender a possibilidade da escrita de uma história social da criança proletária?*



Dentre as motivações que nos levaram a redigir este artigo, temos a necessidade de dar mais visibilidade a um sujeito histórico (a criança proletária) e a um período de sua evolução (a infância), que tem sido sumariamente “esquecido” pela quase totalidade dos pesquisadores, cujos relatos históricos sempre reservaram, à criança proletária, um status de não visibilidade. Esta omissão é fácil de ser desconstruída quando consideramos as zelosas narrativas de historiadores e cientistas sociais marxistas, que estudaram a História Social da Classe Operária. As obras dos pesquisadores britânicos Hobsbawm (1995, 2001, 2005, 2015a, 2015b), Thompson (1987, 2012a, 2012b), Dobb (1983) e dos alemães Engels (2010) e Marx (2010, 2013, 2014, 2015, 2017) evidenciam relatos e referências sobre as dificuldades e sofrimentos por que os filhos da classe trabalhadora passaram na época da Revolução Industrial e no início da constituição da formação social capitalista.

A escolha do clássico de Engels (2010) se deve a múltiplos motivos. Por um lado, essa obra vem sendo considerada pelos especialistas como um texto fundante do materialismo histórico e dialético. Trata-se de um livro excepcional, que exerceu forte impacto na pessoa de Karl Marx e suas futuras obras. Marx e Engels se encontraram pela primeira vez no ano 1842, na cidade de Colônia, e ninguém iria imaginar a maravilhosa parceria acadêmica e de amizade que posteriormente estabeleceram os dois autores – mesmo que no seu primeiro encontro as coisas não tivessem sido amistosas nem calorosas. (NETTO, 2010). Por outro, temos que o texto, além de destacar a centralidade da revolução industrial e seus efeitos perversos na composição da formação social capitalista, teve a virtude de colocar na pauta das Ciências Sociais daquela época um tema até então inédito: **a questão social**. Entende-se por questão social não só a desigualdade, a injustiça, a exploração das camadas menos favorecidas do sistema mas ainda, principalmente, o esgotamento das possibilidades civilizatórias do regime do capital.

Neste estudo consideraremos a criança proletária como categoria essencial para a compreensão das profundas mudanças ocorridas na passagem do século XVIII para o século XIX – isto é, no transcurso da constituição e consolidação da formação social capitalista. Se bem as crianças proletárias não sejam descritas nos relatórios e pesquisas dos especialistas que investigam a temática da criança e infância não só dessa época, mas também da nossa (seriam essas crianças invisíveis? Ou sua não visibilidade responde a questões meramente ideológicas?), basta que nos debrucemos na leitura dos clássicos do marxismo para termos ciência da importância que esses pequenos trabalhadores tiveram, em tempos de profundas mudanças sociais. Precisamos consultar fontes legais inglesas da época da revolução industrial (dos seus primórdios até fins do século XIX), para poder encontrar descrições que nos alertam da sua importante presença, não só nos entornos familiares e sociais, mas também no entorno produtivo. Por sorte, na obra de Engels (2010) essas crianças não passaram despercebidas.

Nas suas origens, a burguesia empresarial contratava a força de trabalho masculina, com o passar do tempo, porém, ela passou a contratar também suas mulheres (esposas) e seus filhos – a família inteira, portanto, passava a fazer parte do mercado de trabalho. (MARX, 2013;



ENGELS, 2010). Como nem todas as crianças tinham a sorte de pertencer a famílias constituídas, as crianças pobres, órfãs e abandonadas, além de serem vistas nas fábricas, minas e olarias, também estavam presentes nas praças, ruas e espaços públicos das grandes cidades. Essas crianças pobres e proletárias tinham, portanto, significativa presença em todos os espaços públicos e privados da época.

Com base na interpretação marxista da história, este artigo utilizou como método a pesquisa bibliográfica e documental. Para uma melhor compreensão do tema, o texto foi organizado em duas partes, além desta Introdução. Num primeiro momento, apresentamos considerações gerais sobre o autor (Friedrich Engels), sua obra (*A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*) e o contexto histórico. No momento seguinte, realizamos uma pormenorizada análise do clássico do marxismo, tentando destacar as virtudes da obra e também resgatar aqueles fundamentos contidos no texto, que servem para caracterizar uma **história social da criança proletária**. O artigo se encerra com a apresentação das Considerações Finais.

O AUTOR, SEU TEXTO E O CONTEXTO HISTÓRICO

Friedrich Engels nasceu no dia 28 de novembro de 1820, na cidade de Barmen, na Alemanha. Ele foi o primeiro dos oito filhos de Friedrich Engels e Elizabeth Franzisca Mauritia ban Haar. Cresceu no seio de uma família de industriais, religiosa e conservadora. Quando da publicação de *Die Lage der arbeitenden Klasse in England* (título original do livro), Engels tinha 24 anos de idade. O texto foi publicado em alemão no ano de 1845.

Mesmo sendo filho de um bem-sucedido industrial (o pai tinha o mesmo nome), Engels havia se tornado comunista muito antes do próprio Karl Marx. Enviado para a Inglaterra pela sua família para que aprendesse o ofício de gestor industrial na fiação do pai (a *Ermen e Engels*), em Manchester, Engels vive intensamente os 21 meses que ficou nesse país. Nesse tempo, no ano de 1842 conhece a Mary Burns, operária irlandesa, que lhe apresentará a crua realidade que caracterizava a vida dos proletários na Inglaterra, e aprimora sua própria formação política, acadêmica, intelectual e humana. Ao retornar para a Alemanha, a sua rota de retorno incluiu uma escala na cidade de Paris, na qual acontece o segundo encontro com Karl Marx, quando lhe apresenta a sua obra ainda não publicada. Ela se tornará pública um ano depois, em 1845.

Eram tempos difíceis, de conflitos familiares, que foram descritos nas cartas que Engels escrevia para Marx nos anos de 1844 e 1845. O jovem Engels utilizava a metáfora do **cativoiro egípcio** para referir-se ao sofrido que era, para ele, dedicar-se aos negócios familiares.

É repugnante ser não apenas burguês, mas ainda industrial, ou seja, um burguês que participa ativamente na exploração do proletariado. Uns dias na fábrica do meu pai foram suficientes para convencer-me de que tudo isto é asqueroso (...) A isto se soma esta vida constrangedora numa família radicalmente cristã-prussiana – não, as coisas não podem continuar assim. (OBRAS FUNDAMENTALES, 1981, p. 735).



As penúrias familiares eram compensadas pela intensa vida social que ele tinha. Para Netto (2010, p. 14), “Engels manteve-se um homem espirituoso e divertido, afeito aos prazeres do espírito e da carne, sendo-lhe estranho qualquer ranço de ecletismo – sua conhecida afirmação de que nada superava um *Château Margaux* safra 1848 nunca foi abandonada.” Com o passar do tempo, Engels tornou-se uma importante liderança do proletariado internacional – mais ainda depois da morte do seu amigo Karl Marx, em 1883.

A situação da classe trabalhadora na Inglaterra resultou de um primeiro intento de Engels por escrever um trabalho mais amplo, que tratasse sobre a *História social da Inglaterra*. A importância dada a um capítulo do trabalho, no entanto, obrigou o autor a dedicar-lhe um estudo particular. Disto resultou um novo projeto editorial.

Friedrich Engels foi um grande cientista social. Quando nos debruçamos perante sua obra clássica, percebemos que suas fontes apresentam documentos cuja utilização para a pesquisa nas Ciências Sociais de sua época era inédita. Trata-se de matérias jornalísticas de daqueles tempos e de relatórios (de comissões parlamentares; da Comissão Real para a Lei dos Pobres; do Comitê da Sociedade de Estatística de Londres sobre as condições das classes trabalhadoras; dos Comissários para a Lei dos Pobres sobre a situação sanitária das classes trabalhadoras da Grã-Bretanha; Comissões de Inquérito sobre as fábricas; e dos inspetores e comissários fabris), e **as matérias jornalísticas de imprensa** da época. É possível que Engels tenha sido, se não o primeiro, mas um dos pioneiros de seu tempo a trabalhar com essas fontes de pesquisa. Trata-se de um recurso discursivo e científico que, como veremos, será apropriado pelo seu eterno amigo Karl Marx. Esse recurso estará presente na obra mais importante e relevante de Marx: *O Capital*.

Segundo Netto (2010), a obra *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra* foi organizada em três grandes blocos temáticos. Fazem parte do primeiro bloco a Introdução, seguida de capítulos específicos tratando sobre proletariado industrial, as grandes cidades, a concorrência e a imigração irlandesa. No segundo bloco, Engels apresenta **a situação proletária**, isto é, capítulos que tratam dos diferentes ramos da indústria – os operários fabris em sentido estrito, outros ramos da indústria, os movimentos operários, o proletariado mineiro e o proletariado agrícola. Por último, no terceiro bloco, temos o capítulo intitulado *A atitude da burguesia em face do proletariado*, que, na opinião de Netto (2010), constitui-se como uma extraordinária análise psicossocial. Isto porque

Não se trata, nele, apenas do comportamento sociopolítico da burguesia, classe que impõe à sociedade a sua ditadura – o jovem Engels, com singelo exemplário, fornece também as pistas mais significativas para a determinação dos mecanismos pelos quais os sujeitos sociais burgueses constroem a sua autoimagem. (NETTO, 2010, p. 33).

Com notável lucidez e ainda jovem, Engels conseguiu enxergar mais do que os cientistas e economistas políticos do seu tempo. Utilizando procedimentos dialéticos e desenvolvendo uma pesquisa que, nos dias de hoje, poderia ser caracterizada como *observação participante*,



ele consegue historiar as categorias econômicas, de modo que pudessem revelar seus condicionamentos históricos, econômicos e sociais, fazendo desta metodologia algo totalmente inovador para os padrões da época em que escreveu sua obra (ano de 1845).

O viés participativo da pesquisa de Engels (2010, p. 41-42) pode ser percebido no prefácio da obra, redigido pelo próprio autor, quando ele afirma que:

Durante vinte e um meses, tive a oportunidade de conhecer de perto, por observações e relações pessoais, o proletariado inglês, suas aspirações, seus sofrimentos e suas alegrias – ao mesmo tempo em que completava minhas observações recorrendo às necessárias fontes originais. Tudo que vi, ouvi e li está reelaborado neste livro.

A escolha do livro de Engels (2010) se deve a múltiplos motivos. Consideramo-la clássica e inovadora, por apresentar, por vez primeira, uma aprimorada análise da evolução da Revolução Industrial e seus desdobramentos, vinculados à nascente burguesa e capitalista sociedade inglesa. É nesta obra que encontramos categorias fundamentais para a compreensão da sociedade, como, por exemplo, revolução industrial, questão social e proletariado. Também temos que salientar a transcendência desta obra para a evolução da teoria social a ser futuramente desenvolvida por Engels junto com aquele que se tornaria o seu melhor e fiel amigo, Karl Marx. Com isso, deu-se início a uma parceria acadêmica e política que os acompanhará até a morte de Marx, em 14 de março de 1883.

A obra de Engels (2010) abriu o pensamento de Marx para os fundamentos advindos da Economia Política. Foi no segundo encontro com Engels, em Paris (1844), que Marx teve acesso aos manuscritos de *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. A obra influenciou fortemente a Marx, ao ponto de a Economia Política se tornar um fundamento essencial para a compreensão das complexidades que caracterizavam a sociedade capitalista do seu tempo. A obra virou de ponta cabeça as Ciências Sociais da época, dando berço a uma teoria social que posteriormente foi aprofundada por outros cientistas marxistas.

Marx e Engels foram rigorosamente contemporâneos. Tiveram a mesma origem intelectual: o romantismo alemão, o hegelianismo de esquerda e o democratismo radical. Viveram num ambiente social, cultural e político semelhante, mesmo que procedessem de famílias com diferentes condições sociais e financeiras. Transitaram para o materialismo ao mesmo tempo e por caminhos muito parecidos. Juntos tomaram partido da febril vida política da época, ingressando em grupos revolucionários. Manifestando-se contra as diversas doutrinas do socialismo pequeno-burguês, anunciaram a teoria do socialismo proletário e revolucionário, o comunismo. A convivência intelectual e política os levou à produção conjunta de textos, hoje considerados basilares para o surgimento e o amadurecimento do marxismo: *A sagrada família*, *A ideologia alemã*, *Manifesto do Partido Comunista*, além de um artigo em defesa da Polônia, publicado em *Der Volkstaat* em março de 1875, e, excetuando-se o Livro I, a reelaboração conjunta de *O capital* (Livros II e III).



A obra também foi inovadora em termos históricos. O texto inaugura a perspectiva da *História Social da Classe Operária*, posteriormente aprofundada por outros historiadores britânicos marxistas (Hobsbawm, Thompson e Dobb). Ao falar das virtudes desta perspectiva, Hobsbawm (2015a, p. 15) declarou o seguinte: “Historiadores da classe operária, assim, situam-se num ponto de encontro entre os estudos acadêmicos e a política, entre compromissos de ordem prática e compreensão teórica, entre interpretar o mundo e transformá-lo.” Muitos dos estudos sobre a classe operária das décadas de 1830 e 1840, desenvolvidos por acadêmicos, “[...] eram essencialmente de ‘resolução de problemas’, o problema sendo o que fazer com os operários.” (HOBSBAWM, 2015a, p. 16). Na perspectiva operária, é importante que os historiadores tenham se originado *dentro da classe* (HOBSBAWM, 2015a).⁵ A obra clássica de Engels se enquadra nesta perspectiva.

O caráter inédito da obra de Engels em termos metodológicos é explicitado na carta colocada na frente do prefácio (*Às classes trabalhadoras da Grã-Bretanha*),⁶ onde explica o percurso da sua pesquisa de campo:

Vivi entre vós tempo bastante para alcançar o conhecimento de vossas condições de existência, às quais consagrei a mais séria atenção, examinando os inúmeros documentos oficiais e não oficiais que tive a oportunidade de consultar. Contudo, não me contentei com isso: não me interessava um conhecimento apenas abstrato de meu tema – eu queria conhecer-vos em vossas casas, observar-vos em vossa vida cotidiana, debater convosco vossas condições de vida e vossos tormentos, eu queria ser uma testemunha de vossas lutas contra o poder social e político de vossos opressores. (ENGELS, 2010, p. 37).

A perspectiva essencialmente proletária de Engels fica evidente na sua pesquisa de campo: não lhe interessava somente o viés abstrato do tema, mas também aquilo que fazia parte do trabalhador concreto em diversas situações concretas, na vida cotidiana, conversando com os trabalhadores sobre coisas de sua vida mundana, suas difíceis condições de vida e os tormentos da luta política e social dos operários contra seus opressores.

Eis como procedi: renunciei ao mundanismo e às libações, ao vinho do Porto e ao champanhe da classe média e consagrei quase exclusivamente minhas horas vagas ao convívio com os simples operários – e estou, ao mesmo tempo, feliz e orgulhoso por ter agido assim. Feliz, porque vivi muitas horas alegres dedicando-me a conhecer vossa verdadeira existência, horas que, de outro modo, seriam dissipadas em conversas fúteis e em cerimônias entediantes, o orgulhoso, porque desse modo pude fazer justiça a uma classe de homens oprimidos e caluniados e à qual, apesar de todos os seus defeitos e de todas as dificuldades de sua situação, só podem recusar estima aqueles quem alma de negociante inglês [...]. (ENGELS, 2010, p. 37).

Explicitando o seu desconforto aos costumes da classe média inglesa, Engels deixava clara sua identificação social e classista com o proletariado inglês. Ao referir-se à classe média burguesa, afirmou o seguinte:

Ao mesmo tempo, graças às amplas possibilidades que tive de observar a classe média, vossa adversária, rapidamente concluí que vós tendes razão, inteira razão, em não



esperar dela qualquer ajuda. Seus interesses são diametralmente opostos aos vossos, mesmo que ela procure incessantemente afirmar o contrário e vos queira persuadir que sente a maior simpatia por vossa sorte. Mas seus atos desmentem suas palavras. (ENGELS, 2010, p. 38).

Ao chamar a classe média de **vossa adversária**, Engels reconhecia a existência da luta de classes na Europa, intensamente travada entre aqueles que detinham a posse material e imaterial dos produtos e modos de produção capitalistas, e aqueles que, desprovidos material e espiritualmente, dependiam simplesmente da venda de sua força de trabalho.

No final da breve – porém densa apresentação de sua obra –, Engels (2010) exalta o orgulho de seu pertencimento à classe operária, por sentir-se plenamente integrado de corpo e alma. Conforme escreveu na sua dedicatória, Engels despreza os **livres cidadãos britânicos** por não terem se preocupado com a crescente desigualdade social e econômica que marginalizava à classe operária a condições de vida e de exploração que beiravam à barbárie – tamanho os graus de brutalidade, estupidez e violência. Mesmo os cidadãos britânicos sabendo disso, “[...] deixaram a um estrangeiro a tarefa de informar ao mundo civilizado a degradante situação em que sois obrigados a viver.” (ENGELS, 2010, p. 38).

A empatia de Engels com o proletariado era total. “Nenhum operário da Inglaterra – nem na França, diga-se de passagem, tratou-me como um estrangeiro.” (ENGELS, 2010, p. 38). As duras palavras dirigidas à burguesia e à classe média na carta colocada na frente do prefácio, contrastam com as palavras de louvor, simplicidade e sensibilidade que utiliza ao descrever a nascente classe operária, quando nos lembra que os interesses da classe coincidem com os interesses do gênero humano.

Verifiquei vossa simpatia por quem quer que, inglês ou não, dedique honestamente suas forças em prol do progresso humano; verifiquei vossa admiração por tudo o que é nobre e bom, tenha ou não surgido em vossa terra; verifiquei que sois *homens* – não membros de uma nação isolada, puramente *ingleses* – membros da grande e universal família da *humanidade*; verifiquei que reconhecestes que vossos interesses coincidem com os interesses do gênero humano. E é como tais, como membros dessa humanidade, “*una e indivisível*”, como *seres humanos* no sentido mais pleno da expressão, que eu, como muitos outros no continente, vos saudamos por vossos progressos em todos os campos e vos seguramos um rápido êxito. (ENGELS, 2010, p. 38-39, grifo do autor).

Na época da publicação de *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*, o surgimento e a denúncia das precárias condições de vida do proletariado também começavam a fazer parte dos estudos de Karl Marx, na sua obra *Manuscritos econômico-filosóficos*, de 1844. Escritos pouco antes do célebre encontro com Friedrich Engels, os *Manuscritos*⁷ estabelecem os primeiros ensaios da crítica de Karl Marx à economia política de Adam Smith, Jean-Baptiste Say e David Ricardo. Nessa época (primeiro semestre de 1844), Karl Marx atingia um novo estágio de desenvolvimento do seu pensamento. A passagem para esse novo estágio “[...] revela um pensamento em trânsito da Filosofia à crítica da Economia Política, no rumo da elaboração da teoria social revolucionária.” (NETTO, 2015, p. 11).



Coincidência ou não, as proposições teóricas de Karl Marx (2010) e de Friedrich Engels (2010) que foram elaboradas antes do histórico encontro entre os autores, na cidade de Paris, em 1844, tinham em comum vários elementos, entre os quais destacamos: a análise crítica do modo de produção capitalista a partir da Economia Política; o lugar do trabalho como forma efetivadora do ser social; fundamentações lógicas em defesa da liberdade humana; a identificação da classe trabalhadora como sujeito histórico essencial na conformação da sociedade capitalista; e, finalmente, a sua preocupação com os abusivos e perversos processos de exploração que o proletariado em geral e as mulheres e crianças em particular sofreram nesses tempos de profundas mudanças sociais. Destes últimos (as crianças proletárias) trataremos no item seguinte.

A QUESTÃO SOCIAL E AS CRIANÇAS PROLETÁRIAS EM A SITUAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA NA INGLATERRA

Conforme destacamos na Introdução deste artigo, neste item focamos algumas virtudes da obra, em termos gerais, e resgatamos aqueles fundamentos específicos que, na nossa opinião, nos permitem caracterizar a escrita de uma história social da criança proletária. A sua descrição não se remeterá somente ao vil processo de exploração que o sistema implementou contra elas, nas fábricas, olarias, ruas e minas de carvão (entre outros tantos lugares), mas também acometemos fundamentos vinculados à questão social, tendo em vista que nossa abordagem valoriza a criança proletária como sujeito histórico e social.

A questão social é um elemento essencial para definir nosso objeto de estudo. Ela castigou a classe trabalhadora desde suas origens e foi mais perversa com aqueles que constituíam o elo mais débil do sistema: **os filhos da classe trabalhadora**. Este assunto também foi sublinhado e pesquisado pelo seu amigo, Karl Marx. Nos seus estudos, Marx chamou esse desdobramento que atingia a vida dos mais pequenos de “herança maldita”. Em *O capital* (volume I), ele já nos alertava disso. Se a condição laboral dos homens era extremamente difícil, imagine-se, então, o penoso e perverso que foi para as crianças.

Chamada de “herança maldita” por Marx (2013), a situação dos pequenos proletários encarnava as facetas mais tenebrosas que vinham sendo desenvolvidas pela burguesia industrial e capitalista, para garantir suas melhores margens de lucro e mais-valia. A lógica assaz feroz da exploração dos adultos, homens e mulheres, era a mesma aplicada para o trabalho infantil. A situação constatada, primeiro por Engels (2010) e, posteriormente, por Marx (2010), nas suas pesquisas de campo, era tão preocupante que ela já fazia parte dos relatórios oficiais, elaborados pelas próprias autoridades governamentais inglesas da época.

Já no Prefácio, o autor manifesta sua preocupação com a questão social dos operários: “A situação da classe trabalhadora é a base real e o ponto de partida de todos os movimentos sociais de nosso tempo porque ela é, simultaneamente, a expressão máxima e a mais visível manifestação de nossa miséria social.” (ENGELS, 2010, p. 41). Ciente da força do proletariado,



Engels expressa o ponto de partida da condição emancipadora da classe. Em suas palavras, “O conhecimento das condições de vida do proletariado é, pois, imprescindível para, de um lado, fundamentar com solidez as teorias socialistas e, de outro, embasar os juízos sobre sua legitimidade e, enfim, para liquidar com todos os sonhos e fantasias pró e contra.” (ENGELS, 2010, p. 41).

Engels sempre teve convicção de suas ideias. Conhecendo as implicações que a pesquisa poderia trazer a sua pessoa, no prefácio ele afirma estar preparado para receber críticas – sobretudo quando o livro caísse em mãos dos ingleses. Ciente da nobre tarefa realizada, era sabedor da não existência, na Inglaterra, de uma obra como a sua, numa perspectiva operária. Também encontramos categorias essenciais não só para a compreensão do livro aqui apreciado, mas também para a fundamentação deste artigo. Coincidimos com o autor quando ele utiliza como sinônimos as palavras operários (*working men*), proletários, classe operária, classe não proprietária e proletariado. Ele também vincula o sentido inglês de *middle-class* (classe média), com a palavra francesa *bourgeoisie*.

No primeiro parágrafo da Introdução, Engels afirma que a história da classe operária na Inglaterra tem início na segunda metade do século XVIII, com a invenção de duas máquinas que irão alavancar a revolução industrial que estava em curso na Inglaterra: a máquina de vapor e as máquinas destinadas a processar o algodão. Conforme suas próprias palavras, “Tais invenções, como se sabe, desencadearam uma revolução industrial que, simultaneamente, transformou a sociedade burguesa em seu conjunto – revolução cujo significado histórico só agora começa a ser reconhecido.” (ENGELS, 2010, p. 45).

As análises econômicas e sociais desenvolvidas por Engels, reconheciam a existência de uma profunda revolução econômica e social em curso, para a qual colocou nome e sobrenome próprios: Revolução Industrial. Ele foi um dos primeiros cientistas a empregar a palavra para definir o processo protagonista da transformação das forças produtivas da época, ao ponto de os especialistas na matéria atribuírem-lhe sua paternidade.

Embebido do espírito do seu tempo, o jovem Engels havia conseguido enxergar, na sua época, a relevância das profundas mudanças que estavam acontecendo. O processo revolucionário inglês apresentava elementos que faziam dele algo totalmente inovador. Pesquisando a situação da classe trabalhadora na cidade de Manchester (Inglaterra), considerada naquela época como a “oficina do mundo”, a associação entre burguesia e capital havia conseguido deflagrar a Revolução Industrial, ao tempo em que também estava gerindo o proletariado enquanto classe social.

Nos primórdios dessa Revolução, o desenvolvimento da burguesia industrial e suas conquistas econômicas foram possíveis pelos processos de exploração e superexploração aos quais o proletariado e suas famílias eram submetidos. O processo de mudança no trabalho foi perverso para a classe operária. Se, desde então, nas origens da Revolução Industrial, o trabalhador vendia sua força de trabalho nas fábricas, olarias e ou nas minas de carvão para o



empresário ou capitalista, as limitadas e penosas condições de trabalho, posteriormente, lhe obrigaram a vender a força de trabalho de sua família inteira (sua mulher e filhos). Ao intensificar-se, portanto, uma dupla evolução técnica nas fábricas (das máquinas e suas fontes de energia), tornou-se inevitável a substituição da força de trabalho dos homens, pela força das mulheres e seus filhos, mesmo sendo crianças pequenas. Ou seja, em determinado momento, passaram a fazer parte do mercado de trabalho a família inteira do trabalhador.

A farta oferta de mão de obra barata das mulheres e crianças era motivada pela tentativa das famílias de melhorarem seus parques orçamentos, para assim poderem obter algumas melhoras materiais. Na opinião de muitos especialistas, **o trabalho infantil** também foi possível graças aos dados demográficos dos principais países europeus (Inglaterra e França): estudos e pesquisas da época indicam que duas de cada cinco pessoas eram menores de 18 anos, ou seja, a meados do século XIX, dois de cada cinco europeus eram crianças.

Por outro lado, se o revolucionar das forças produtivas e a tecnologia trouxe como bônus progressos materiais, o ônus dessas conquistas era pago por aqueles que estavam colocados no elo mais fraco do sistema: o operário, sua mulher e principalmente seus filhos. Isso deve ter sido muito duro para a classe e mormente para suas crianças, pois,

Antes da introdução das máquinas, a fiação e a tecelagem das matérias-primas tinham lugar na casa do trabalhador. A mulher e os filhos fiavam e, com o fio, o homem tecia – quando o chefe de família não o fazia, o fio era vendido. Essas famílias tecelãs viviam em geral nos campos vizinhos às cidades e o que ganhavam assegurava perfeitamente sua existência porque o mercado interno – quase o único mercado – era ainda decisivo (...). Assim os trabalhadores sobreviviam suportavelmente e levavam uma vida honesta e tranquila, piedosa e honrada; sua situação material era bem superior à de seus sucessores: não precisavam matar-se de trabalhar [...]. (ENGELS, 2010, p. 45-46).

Em relação a essa realidade de meados do século XVIII, descrita na citação acima, o trabalhador e sua família ainda tinham tempo para participar de seus passatempos e distrações – “[...] jogos que contribuíam para a manutenção de sua saúde e para o revigoramento de seu corpo.” (ENGELS, 2010, p. 46). Vivenciando um aparente estado de felicidade social, a classe via seus filhos, que “[...] cresciam respirando o ar puro do campo e, se tinham de ajudar os pais, faziam-no ocasionalmente, jamais numa jornada de trabalho de oito ou doze horas.” (ENGELS, 2010, p. 46).

Para Engels, era fácil descrever o caráter moral e intelectual dessa classe. Sem precisar de frequentar as grandes cidades, esses trabalhadores e suas famílias viviam uma relação patriarcal, seguindo a moral e costumes cristãos. “Raramente sabiam ler e, menos ainda, escrever.” (ENGELS, 2010, p. 47). Frequentavam com paixão as igrejas, não faziam política, não tinham vida intelectual, valorizavam seus interesses privados e levavam uma existência cômoda e romântica. No dizer de Engels, sentiam-se à vontade na sua vida vegetativa; não eram dignos de serem considerados seres humanos, pois eram “[...] máquinas de trabalho a serviço dos poucos aristocratas que até então haviam dirigido a história [...]”. (ENGELS, 2010, p. 47).



O aparecimento das primeiras máquinas iria, porém, transformar profundamente sua existência. De maneira progressiva, essa classe de tecelões-agricultores começa a desaparecer, pelo dramatismo de sua situação: se antes viviam de seu salário, agora sequer eles tinham ou possuíam propriedade “[...] nem sequer a ilusão da propriedade que o trabalho agrícola confere – tornaram-se, pois, *proletários (working men)*.” (ENGELS, 2010, p. 48). Desta maneira, dava-se início a um longo processo de divisão do trabalho, que se desenvolveria em graus extremos com a indústria.

Com essas invenções, desde então aperfeiçoadas ano a ano, decidiu-se nos principais setores da indústria inglesa a *vitória do trabalho mecânico sobre o trabalho manual* e toda a sua história recente nos revela como os trabalhadores manuais foram sucessivamente deslocados de suas posições pelas máquinas. (ENGELS, 2010, p. 50).

A substituição do trabalho manual pelo trabalho mecânico trouxe efeitos contraditórios. Por um lado, a indústria (algodão, linho, seda e lã) começava a produzir mercadorias manufaturadas a preços mais baixos e, com isso, favorecia o florescimento do comércio e da indústria (riqueza nacional). Por outro, o crescimento do proletariado, a destruição da propriedade dos pequenos agricultores e a perda da segurança do trabalho vieram acompanhados de pobreza e da degradação moral e física.

Desta maneira, a armadilha estava montada: se antes, quando o predomínio do trabalho manual exigia a participação masculina (pois organicamente os homens sempre eram mais fortes, salvo raras exceções), agora, com o predomínio do trabalho mecânico, era mais conveniente para a indústria contratar mulheres e crianças, pois faziam o mesmo trabalho ganhando menos da metade (as mulheres) ou até 1/10 (as crianças) daquilo que antes era pago para a força de trabalho masculina. No capítulo *Os diferentes ramos da indústria: os operários fabris em sentido estrito*, Engels trata com detalhes como as condições de vida mudam com o advento das máquinas, pois,

Quando mais a atividade dos braços e os esforços musculares vêm substituindo, mediante a introdução das máquinas, da força hidráulica ou do vapor, tanto menos se necessita de homens, deslocados por mulheres e crianças que, além de serem mais hábeis, recebem salários menores. (ENGELS, 2010, p. 170).

Esse processo de substituição era visível: “Dos 419.590 operários fabris do Império Britânico em 1839, 192.887 (isto é, quase a metade) tinham menos de 18 anos e 242. 296 eram do sexo feminino, dos quais 112.192 com menos de 18 anos.” (ENGELS, 2010, p. 181). O uso e abuso da mão de obra feminina, porque imposta, tem implicações perversas para a família operária. De fato, o trabalho feminino termina desagregando completamente a família, pois, “[...] com a mulher trabalhando diariamente doze ou treze horas na fábrica e com o homem também ocupado, na mesma fábrica ou em outro lugar, quais podem ser os resultados para as crianças?” (ENGELS, 2010, p. 181).

Com o aumento da dispensa de mão de obra masculina, ocorre uma inversão de papéis nas famílias, já que a mulher, ao ser inserida no processo produtivo, é quem mantém, em termos



econômicos, a casa, ao tempo em que seu esposo, desempregado, é quem cuida das crianças e da vida doméstica. “É fácil imaginar a justificada exasperação provocada nesses operários por essa emasculação de fato e seus resultados na inversão das relações familiares, tanto mais quanto as outras relações sociais permanecem inalteradas.” (ENGELS, 2010, p. 183). Ao tentar descrever as “qualidades” domésticas do novo perfil dessas crianças, que após anos de trabalho se tornavam mulheres adultas, Engels observou que:

Naturalmente, uma menina que desde os nove anos trabalha numa fábrica não tem a possibilidade de familiarizar-se com as tarefas domésticas e é por isso que as operárias fabris são, nesse domínio, completamente inexperientes e incapazes de se tornarem boas donas de casa. (ENGELS, 2010, p. 185).

Com a descoberta das conveniências do trabalho infantil, a burguesia assume de vez a sua natureza perversa, que beira em muitos casos a ironia. Sem darem a devida importância às negativas consequências que o trabalho trazia para o desenvolvimento físico e intelectual das crianças, era comum ouvir o seguinte argumento: “Se não empregássemos as crianças nas fábricas, elas estariam em condições de vida desfavoráveis ao seu desenvolvimento”. Engels considerava essa afirmação verdadeira. Ele também nos lembra, no entanto, de que “[...] no fundo, essa argumentação significa simplesmente que a burguesia, primeiro, coloca os filhos dos operários numa situação insustentável e, depois, explora essa situação em seu proveito.” (ENGELS, 2010, p. 188). Para o autor:

O relatório da Comissão Central constata que: os fabricantes raramente empregavam crianças de cinco anos, com frequência as de seis anos, muitas vezes as de sete anos e, na maior parte dos casos, as de oito ou nove anos, a jornada de trabalho durava de quatorze a dezesseis horas (não incluídos os horários de refeição); os fabricantes permitiam que os vigilantes maltratassem, inclusive espancando, as crianças e, muitas vezes, eles mesmos o faziam. (ENGELS, 2010, p. 188-189).

Com a instituição do trabalho noturno, os fabricantes e empresários burgueses introduziram um infame sistema de trabalho. A avidez dos capitalistas procurava tirar o máximo proveito do capital investido nas máquinas e edifícios. Como os turnos passaram a ser de doze horas, aqueles trabalhadores e crianças que eram agraciados com o turno noturno começaram a manifestar problemas, tais como a superexcitação nervosa, esgotamento, enfraquecimento, além de outros hábitos associados com a noite, como, por exemplo o aumento do alcoolismo e o desregramento sexual: “[...] uma indústria declarou [...] que, durante os dois anos em que sua fábrica funcionou dia e noite, dobrou o número de nascimentos de filhos ilegítimos e que a corrupção se generalizou a tal ponto que ele acabou por renunciar ao trabalho noturno.” (ENGELS, 2010, p. 189).

A estratégia do capital, baseada na superexploração humana, fez aumentar cada vez mais a distância que existia entre a burguesia industrial e o proletariado nas grandes cidades, a exemplo de Londres, Manchester, Birmingham e Leeds. “Em todas as partes, indiferença bárbara e grosseiro egoísmo de um lado e, de outro, miséria indescritível; em todas as partes, a



guerra social: a casa de cada um em estado de sítio, por todos os lados, pilhagem recíproca sob a proteção da lei [...]” (ENGELS, 2010, p. 68, grifo nosso). Engels deixa claro quais eram as armas utilizadas nessa guerra social: o capital, a propriedade privada dos meios de produção, de um lado, e a simples venda da força de trabalho do outro. Aqueles que tinham a sorte de conseguir um trabalho recebiam um salário que apenas servia para se manter vivo, enquanto o capital enriquecia à sua conta. Para os outros, não restavam alternativas, pois, “[...] se não encontrar trabalho e não temer à polícia, pode roubar; pode ainda morrer de fome, caso em que a polícia tomará cuidado para que a morte seja silenciosa para não chocar a burguesia.” (ENGELS, 2010, p. 69).

Nesse tempo de profundas mudanças econômicas e sociais, a única classe que não usufruía os bônus da revolução industrial e suas invenções e descobertas era o proletariado. Isto é, quem produzia a riqueza, não se beneficiava dela. Quem gerava valor, vivia em situações paupérrimas. Quem engendrava a extração da mais-valia também colocava, para ser explorado nesse processo, o sangue do seu sangue – seus próprios filhos. Com isso, repassava para eles a “herança maldita”, conforme descrita por Marx em *O Capital* (2013). Para Engels, estava claro que isso ocorria pela cobiça da classe média burguesa. Agindo com avareza e soberba, a classe média pouco se importava com a questão social, já que:

Apesar disso, a classe média inglesa, em particular a classe industrial que se enriquece diretamente com a miséria dos operários, nada quer saber dessa miséria. Ela, que se sente forte, representante da nação, envergonha-se de revelar aos olhos do mundo a chaga da Inglaterra; não quer confessar que os operários são miseráveis, cabe a *ela*, a classe proprietária, classe industrial, a responsabilidade moral por essa miséria. Daí o ar irônico que os ingleses cultos (...) assumem quando se começa a falar da situação dos operários [...]. (ENGELS, 2010, p. 61).

O crescimento fabril se expandiu para todos os ramos e invenções da atividade industrial. O êxodo do campo para as grandes cidades se intensifica: Liverpool e Manchester juntas chegam a 700 mil habitantes, e cidades secundárias como Bolton, Oldham, Rochdale, Preston, Ashton e Stalybridge têm população que oscila entre 75 mil e 40 mil habitantes.

Em resumo, essa é a história da indústria inglesa nos últimos sessenta anos – uma história que não tem equivalente nos anais da humanidade. (...) Agora, a Inglaterra é uma nação diferente, com outros costumes e com necessidades novas. A revolução industrial teve para a Inglaterra a mesma importância que a revolução política teve para a França e a filosófica para Alemanha (...) **O fruto mais importante dessa revolução industrial, porém, é o proletariado inglês.** (ENGELS, 2010, p. 58-59, grifo nosso).

Esse proletariado sofria, no entanto, todas as consequências da **guerra social**, agravadas pelo crescimento cada vez mais vertiginoso das grandes cidades. Com isso, a vida em família da classe operária beirava a miséria total. Ao se referir à questão social das famílias que moravam num dos bairros proletários mais populosos da cidade de Londres, como *St. Giles*, Engels escreveu o seguinte:



As casas são habitadas dos porões aos desvãos, sujas por dentro e por fora e têm um aspecto tal que ninguém desejaria morar nelas. Mas isso não é nada, se comparado às moradias dos becos e vielas transversais, aonde se chega através de passagens cobertas e onde a sujeira e o barulho superam a imaginação: aqui é difícil encontrar um vidro intacto, as paredes estão em ruínas, os batentes das portas e os caixilhos das janelas estão quebrados ou descolados, as portas – quando as há – são velhas pranchas pregadas umas às outras, mas, nesse bairro de ladrões, as portas são inúteis, nada há para roubar. (ENGELS, 2010, p. 71).

A degradação atingia todos os níveis imagináveis (material, não material, moral etc.), fazendo parte dessa rara comunidade perfis inimagináveis pois:

Aqui vivem os mais pobres entre os pobres, os trabalhadores mais mal pagos, todos misturados com ladrões escroques e vítimas da prostituição. A maior parte deles são irlandeses, os seus descendentes, e aqueles que ainda não submergiram totalmente no turbilhão da degradação moral que os rodeia a cada dia mais se aproximam dela, perdendo a força para resistir aos influxos aviltantes da miséria, da sujeira e do ambiente malsão. (ENGELS, 2010, p. 71).

A realidade dos bairros proletários contrastava com a dos bairros ricos da cidade. Onde havia um porão, lá se alojavam e se amontoavam em condições subumanas homens, “[...] crianças doentes e mulheres esfarrapadas, meio mortas de fome.” (ENGELS, 2010, p. 72). O Relatório de um Comitê da Sociedade de Estatística de Londres sobre as condições da classe trabalhadora em Westminster, publicado num jornal da época (*Journal of the Statistical Society of London*), indicava que esses porões (casas) eram habitados por:

...famílias paupérrimas. Nas Paróquias de St. John e St. Margaret, em Westminster (...) em 1840, 5.366 famílias de operários viviam em 5.294 “habitações” (se é que a palavra pode ser usada): homens, mulheres e crianças, misturados sem qualquer preocupação com idade ou sexo, num total de 26.830 indivíduos – e três quartos do total dessas famílias dispunham de um só cômodo. (ENGELS, 2010, p. 72).

A situação se repetia em cada bairro operário de Londres. A situação era descrita por diversos personagens, como, por exemplo, o pastor G. Alston. Ao referir-se às precárias condições de vida das famílias operárias no jornal *The Times*, em 17/11/1844, ele afirmou:

O espaço em que vive essa grande massa mede menos de 400 jardas quadradas (1.200 pés) e, num tal amontoamento, não é raro encontrar-se um homem, sua mulher, 4 ou 5 filhos e, às vezes, também o avô e a avó, num só cômodo de 10 ou 12 pés quadrados, onde trabalham, comem e dormem (...) Não há *um único* pai de família em cada dez, em toda a vizinhança, que tenha outras roupas além de sua roupa de trabalho, e esta rota e esfarrapada; muitos só têm à noite, como cobertas, esses mesmos farrapos e, por cama, um saco de palha e serragem. (ALSTON, 1844, p. 338 *apud* ENGELS, 2010, p. 73, grifo do autor).⁸

Esse desolador panorama era o que se apresentava às crianças que tinham família constituída. E como era a realidade das crianças órfãs? Sem dúvidas, bem pior! Uma insólita cena – porém comum – chamou a atenção de Engels. Segundo o autor, duas crianças haviam sido detidas pela polícia “[...] porque, famintos, haviam roubado numa loja um pedaço de carne



bovina meio cozida, que devoraram imediatamente.” (ENGELS, 2010, p. 74). Coube ao juiz do caso solicitar mais informações, e foi aí quando ele soube pela polícia, que a mãe dos dois meninos era viúva e morava com mais sete crianças em situação de miséria absoluta. Quando a polícia chegou ao lugar onde a viúva morava, encontrou-a com seis de seus filhos empilhados num dos quartos do fundo da casa,

[...] tendo como suas apenas duas cadeiras de vime sem assento, uma mesinha com os pés quebrados, uma xícara partida e um pequeno prato. Não tinha praticamente como fazer fogo, a cama de toda a família era uns poucos trapos e os cobertores eram suas próprias roupas em farrapos. A pobre mulher contou que, no ano anterior, vendera a cama para comprar comida; os lençóis, deixara-os empenhados na mercearia – em suma, entregara tudo em troca de pão. O juiz fez com que se concedesse a essa mulher um significativo subsídio da Caixa dos Pobres. (ENGELS, 2010, p. 74).

Apesar do desolador panorama supracitado, Engels honra sua perspectiva metodológica (a busca da verdade objetiva), quando ele nos lembra: “É óbvio que não pretendo afirmar que todos os operários de Londres vivem na mesma miséria dessas três famílias [...]”. Sendo, contudo, fiel a sua perspectiva social e proletária, logo desabafa:

Mas afirmo que milhares de famílias honestas e laboriosas – muito mais honestas e estimáveis que todos os ricos de Londres – encontram-se em condições indignas de seres humanos e que todo proletário, sem qualquer exceção, sem que a culpa seja sua e apesar de todos os seus esforços, pode ter o mesmo destino. (ENGELS, 2010, p. 74-75).

“Na realidade, isso é assustador. Os pobres estão em toda parte” – estampou numa de suas matérias o *Times* de 12/10/1843. (ENGELS, 2010, p. 75). Essa situação repetia-se nas grandes cidades, além dos estreitos limites da principal metrópole da época (Londres). Na sua pesquisa, Engels chamou os bairros pobres e operários de Dublin (capital da Irlanda) como “[...] o que de mais horrendo e repugna existe no mundo [...]” (ENGELS, 2010, p. 77); ao se referir às casas das famílias pobres de Edinburgo (capital da Escócia), ele destaca que “Galinhas transformam as armações das camas em poleiros, cães e até cavalos dormem com as pessoas *nos mesmos quartos* e, em consequência, sujeira, insetos e miasmas enchem os aposentos.” (ENGELS, 2010, p. 79). Ao aprofundar sobre a questão social das famílias operárias, a revista mensal *Artizan*, da capital da Escócia, publicou em outubro de 1843 que:

Nesses bairros, a sociedade chegou a um nível de pobreza e de aviltamento realmente indescritível. As habitações dos pobres são em geral muito sujas e aparentemente nunca são limpas; a maior parte das casas compõe-se de um cômodo que, embora mal ventilado, está quase sempre muito frio (...) frequentemente a casa é mal mobiliada e privada do mínimo que a torne habitável; em geral, um monte de palha serve de cama a uma família inteira, ali deitando-se, numa promiscuidade revoltante, homens, mulheres, velhos e crianças. Só há água nas fontes públicas e a dificuldade para buscá-la favorece naturalmente a imundície. (REVISTA ARTIZAN, 1843 *apud* ENGELS, 2010, p. 79).



A situação familiar descrita das grandes capitais (Dublin, Edimburgo, Londres), também era encontrada em outras grandes cidades da Inglaterra: Manchester, Leeds, Bradford, Barnsley, Halyfax, Huddersfield.... Engels continua: “Mas logo que entramos nas cidades, poucas coisas nos agradam [...]”, tendo em vista que “Essas casas pequenas, dia e noite cheia de pessoas, são outro perigo para a saúde e para os costumes dos habitantes.” (ENGELS, 2010, p. 83). Não era para menos! No Relatório do Conselho Municipal, publicado no *Station Journal*, v.2 p. 404, podemos ler que: “Em Leeds, encontramos irmãos e irmãs e hóspedes de ambos os sexos que partilham o dormitório, com os pais; as consequências que daí resultam fazem estremecer os sentimentos humanos.” (ENGELS, 2010, p. 83).

O planejamento urbano de Manchester chamou a atenção de Engels, pois ele procurava manter a classe operária distante das avenidas principais. Na opinião do autor, a pauperização e extrema pobreza à qual era submetida a classe operária era de responsabilidade da própria Revolução Industrial: “Tudo isso é obra exclusiva da indústria, que não poderia existir sem esses operários, sem a sua miséria e a sua escravidão.” (ENGELS, 2010, p. 96). Somando-se a tanta desumanidade, ainda aparecia no horizonte mais uma ameaça para a classe trabalhadora:

De quando em vez, diante da ameaça de epidemias, a sonolenta consciência dos serviços de higiene é despertada: então empreendem-se incursões nos bairros operários e interditam-se inúmeros porões e casas – como ocorreu, por exemplo, em várias ruelas nas cercanias de Old-ham Road [...]. (ENGELS, 2010, p. 101).

No próprio berço da revolução industrial, na maior cidade geradora de riquezas (Manchester), “Vagueiam aí mulheres e crianças esfarrapadas, tão sujas como os porcos que chafurdam na imundície e na lama [...] quem aí vive deve realmente situar-se no mais baixo escalão da humanidade.” (ENGELS, 2010, p. 102). A situação de precariedade era tão extrema, que o próprio Engels denuncia que, em alguns bairros da cidade, “[...] para cada 120 pessoas há apenas uma instalação sanitária.” (ENGELS, 2010, p. 103). Ao falar da situação degradante que as famílias operárias vivenciavam, o autor afirmou o seguinte:

Em síntese, nas moradias operárias de Manchester não há limpeza nem conforto e, portanto, não há vida familiar possível; só podem sentir-se à vontade nessas habitações indivíduos desumanizados, degradados, fisicamente doentios e intelectual e moralmente reduzidos à bestialidade. (ENGELS, 2010, p. 105).

Se a situação nos lares das famílias proletárias era difícil, imaginemos, então, que nos albergues abertos para a população pobre da cidade a situação tornava-se calamitosa. É o que nos descreve o autor:

A natureza desses albergues e de sua clientela é a mesma que verificamos em outras cidades: em cada quarto, cinco a sete colchões diretamente sobre o piso e sobre eles instalam-se, todas misturadas, o maior número possível de pessoas; é desnecessário descrever a atmosfera física e moral que reina nesses antros de vício. Cada um desses albergues é um centro de crimes e cenário de atos que repugnam à consciência humana e que nunca se perpetrariam não fora essa concentração forçada de imoralidade. (ENGELS, 2010, p. 107).



As penúrias das famílias proletárias não se limitavam somente à infraestrutura. Ela também atingia sua alimentação. Para garantir o seu sustento, os operários mais pobres apelavam a uma estratégia: para adquirir seus produtos alimentícios, eles esperavam até meia-noite do sábado para comprar produtos perecíveis das mercearias a preços irrisórios:

[...] embora nove décimos desses restos já não sejam comestíveis no domingo de manhã; mas precisamente essas sobras constituem o prato dominical da classe mais pobre, que as compra. Nessas circunstâncias, a carne vendida aos operários é intragável; porém, uma vez comprada, é consumida. (ENGELS, 2010, p. 110).

Ao conviver com suas famílias em péssimas moradias, sem condições sanitárias, explorados nas fábricas e mal alimentadas, as crianças sobreviviam sofrendo todo tipo de doenças: tuberculose, tifo, escrofulose, raquitismo, problemas digestivos e malformações físicas. Para piorar as coisas, algumas crianças também eram alcoólicas, consumiam ópio e àquelas que eram hiperativas, os pais lhes subministravam narcóticos para deixá-las sossegadas. “O abandono a que está condenada a grande maioria dos filhos dos trabalhadores deixa sequelas indelévels e tem por consequência o enfraquecimento físico de toda a população operária.” (ENGELS, 2010, p. 142).

Ao citar diversas falas de renomados médicos de sua época (F. Sharp, de Leeds e Beaumont, de Bradford), Engels (2010, p. 194) destacou as seguintes:

Quando me transferi de Scarborough para Leeds, impressionou-me o fato de as crianças daqui possuírem geralmente um aspecto tão pálido, além de terem músculos muito menos firmes que as de Scarborough e arredores. Notei ainda que, para sua idade, muitas crianças eram excepcionalmente pequenas... Constatei inúmeros casos de escrofulose, doenças pulmonares, afecções mesentéricas e má digestão que, como médico, não tenho a menor dúvida em afirmar que são provocados pelo trabalho nas fábricas. Penso que o trabalho prolongado debilita a energia nervosa do organismo e prepara o terreno sobre o qual se desenvolvem muitas doenças. Se não fosse o afluxo perene de pessoas do campo, a espécie dos operários de fábrica em pouco tempo estaria completamente degenerada. [...]

Em meu juízo, o sistema de trabalho nas fábricas provoca um enfraquecimento particular de todo o organismo e torna as crianças extremamente vulneráveis seja às epidemias, seja às doenças esporádicas [...] Considero, sem qualquer dúvida, que a ausência de uma adequada regulamentação sobre a ventilação e a limpeza das fábricas é uma das causas principais dessa particular vulnerabilidade ou tendência às afecções patológicas que tão frequentemente constatei no exercício de minhas atividades.

Frisemos numa questão importante: a situação ora descrita diz respeito àqueles operários e pequenos proletários que tinham trabalho e sustento. Disto podemos deduzir que a situação das famílias desempregadas era bem pior: “[...] desempregado ficava à mercê da sorte e come o que lhe dão, o que mendiga ou ...o que rouba – e se não encontra nada, simplesmente morre de fome, como já dissemos.” (ENGELS, 2010, p. 114).

A perspectiva crítica de Engels lhe permite incluir, também, um depoimento de um cidadão burguês, que descreve seu ponto de vista sobre o trabalho infantil:



Visitei várias fábricas em Manchester e em seus arredores e jamais vi crianças maltratadas, submetidas a castigos corporais ou mesmo que estivessem de mal humor. Pareciam todas alegres (*cheerful*) e espertas, tendo prazer (*talking pleasure*) em empregar seus músculos sem fadiga e *dando livre vazão* à vivacidade própria da infância. O espetáculo do trabalho na fábrica, longe de despertar-me pensamentos tristes, foi, para mim, sempre reconfortante (...). Nenhum sinal de cansaço: à saída da fábrica, imediatamente se punham a brincar num espaço livre vizinho com o mesmo ardor de crianças que saem da escola. (ENGELS, 2010, p. 204, grifo do autor).

Essas situações análogas ao trabalho escravo atingiam de cheio os pequenos proletários. As limitadas condições de vida da classe operária eram consequência da estratégia da classe média, que procurava não só explorar, mas também garantir essa exploração para as gerações futuras, já que: “Ao operário fabril é preciso garantir um salário que lhe permita *educar os filhos para um trabalho regular* – mas apenas o suficiente para que não possa dispensar o salário dos filhos e não faça deles algo mais que operários.” (ENGELS, 2010, p. 119, grifo nosso). Sempre visando à redução de salários, a burguesia aproveitava as oportunidades propiciadas pela mecanização para contratar mulheres e crianças. O sustento familiar passava a depender, portanto, da empregabilidade de todos os membros das famílias operárias. “Para se falar com clareza: o operário é, de direito e de fato, um escravo da classe proprietária, da burguesia.” (ENGELS, 2010, p. 121).

Felizmente a questão social do proletariado em geral e a específica dos pequenos proletários vinha chamando a atenção de muitos filantropos, especialistas, políticos e militantes sociais. A primeira de muitas reações contra o **assassinato social** que vinha sendo executado pela burguesia contra as crianças e suas infâncias, desde os primórdios da revolução industrial, foi a aprovação do *Apprentice Billy* (lei sobre os aprendizes) no Parlamento Britânico, em 1802. A lei procurava combater e pôr fim a uma série de abusos clamorosos que aconteciam contra as crianças trabalhadoras. Os efeitos perversos do sistema fabril contra as crianças também chamaram a atenção de revolucionários, como Robert Owen. O industrial, fundador do socialismo inglês, começou a encaminhar uma série de petições e comunicações, a partir de 1817, no sentido de buscar garantias legais para garantir a proteção à saúde e aos direitos trabalhistas dos operários e principalmente das crianças. A esse esforço somaram-se as iniciativas do filantropo Robert Peel, que, com grande poder de persuasão, conseguiu aprovar sucessivamente as leis sobre as fábricas de 1819, 1825 e 1831 (detalhe: nunca se conseguiu aplicar as duas primeiras). Todas essas iniciativas, que começavam a tomar força, na nossa opinião merecem ser contadas em outro artigo, que com certeza dará sequência a este primeiro esboço de história social da criança proletária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As considerações finais foram divididas em dois momentos. Primeiro apresentaremos a síntese dos principais resultados para, no momento seguinte, apresentar os problemas abertos,



passíveis de serem aprofundados, que podem ser caracterizados como objeto de estudo para futuros estudos e pesquisas.

No que diz respeito à síntese dos principais resultados, podemos afirmar que a hipótese de trabalho foi confirmada. Tendo como fundamento os aportes da obra clássica de Engels, *A história social da criança proletária*, o estudo conclui que é possível visualizar uma nova configuração do conceito e de um novo sentimento de infância, **de natureza materialista e não idealista**, baseado fundamentalmente no papel que coube às crianças proletárias em tempos de mudanças sociais. Decorrente dessa afirmação, podemos também defender a necessidade de termos uma história social da criança proletária, que precisa fazer parte da dinâmica acadêmica, tendo em vista as perspectivas idealistas predominantes na área. Lembremo-nos de que os pequenos trabalhadores, mesmo sendo 95% das crianças da época, eram “invisíveis” para muitos pesquisadores clássicos que estudaram aquele período (leia-se Philippe Ariès).

O estudo procurou reconhecer o lugar que as crianças trabalhadoras ocuparam em tempos de profundas mudanças sociais e, por causa própria, em todas as esferas da emergente sociedade capitalista. Esse explícito reconhecimento se deve ao fato de as crianças proletárias serem parte de um cenário de não visibilidade, mesmo que elas tenham contribuído para fazer avançar as concepções de família, os costumes sociais e os direitos vinculados às relações laborais da formação social capitalista. Desta feita, reconhecemos a existência de um conceito de criança e de infância que contribuiu para a concepção do conceito de criança atual, que a concebe a criança enquanto sujeito de direitos, independentemente de sua raça, cor ou origem social.

Defendemos a necessidade de redimensionar o papel das crianças proletárias, por estas sempre terem ocupado todos os espaços sociais da época. Essa situação social das crianças propiciou a emergência de ideais humanistas, que, mesmo sendo renascentistas, alimentaram conquistas civis e políticas e alimentaram a emergência de um novo *ethos* social.

Também procuramos posicionarmo-nos criticamente frente à forma de como as classes dominantes e suas ideologias (liberalismo, ultraliberalismo e fascismo), instituições (Estado, instituições universitárias, entre outras) e perspectivas teóricas (Sociologia da Infância, Pedagogia da Infância, Sociedade do Conhecimento, a Pedagogia do Aprender a Aprender e até o modismo dos Campos de Experiências localizado na BNCC da Educação Infantil) procuram reduzir a educação à formação de competências e pretendem apresentar o devir histórico do capitalismo como sendo algo natural e inalterável. Isto, no entanto, diz respeito aos problemas abertos, que podem ser pesquisados futuramente, tendo em vista o potencial que o nosso objeto de estudo tem. De fato, os estreitos limites deste artigo não nos permitiram aprofundar o tema do trabalho infantil, assim como também nos desdobramentos que a superação dessa modalidade trouxe para a legislação trabalhista, o direito à educação e a constituição do novo *ethos* social da sociedade capitalista.



Concluímos, por ora, reconhecendo os valiosos aportes teóricos e metodológicos de *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*, pois as narrações e descrições contidos nesse livro nos permitem fundamentar a existência de uma *história social da criança proletária*.

REFERÊNCIAS

ABRAMOWICZ, A. A pesquisa com crianças em infâncias e a sociologia da infância. In: FARIA, A. L. G. de.; FINCO, D. (org.) **Sociologia da infância no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2011.

ARIÈS, P. **História social da criança e da família**. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2015.

ARIÈS, P.; DUBY, G. **História da vida privada 1: do Império Romano ao ano mil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009a.

ARIÈS, P.; DUBY, G. **História da vida privada 2: da Europa feudal à Renascença**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009b.

ARIÈS, P.; DUBY, G. **História da vida privada 3: do Renascença ao Século das Luzes**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009c.

ARIÈS, P.; DUBY, G. **História da vida privada 4: da Revolução Francesa à Primeira Guerra**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009d.

ARIÈS, P.; DUBY, G. **História da vida privada 5: da Primeira Guerra a nossos dias**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009e.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

DEL PRIORE, M. (org.) **História das crianças no Brasil**. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2007.

DOBB, M. **A evolução do capitalismo**. 9. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

DUARTE, N. **Sociedade do conhecimento ou sociedade das ilusões?** Campinas: Autores Associados, 2008.

ENGELS, F. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2010.

EVANGELISTA, J. E. **Crise do marxismo e irracionalismo pós-moderno**. São Paulo: Cortez, 1997.

FREITAS, M. C. de. **História social da infância no Brasil**. 9. ed. rev. e amp. São Paulo: Cortez, 2016.



- GÓES, J. R. de.; FLORENTINO, M. Crianças escravas, crianças dos escravos. *In: DEL PRIORE, M. (org.). História das crianças no Brasil*. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2007.
- GONÇALVES, J. da. S. **Pedagogia da educação infantil**. Avanços, desafios e tensões. Curitiba: Appris, 2015. 145 p.
- HERMIDA, J. F. **História social da criança proletária**: as infâncias roubadas nos processos de reprodução do capital nos séculos XVIII e XIX. 2020. 300 f. Tese (Doutorado) – Departamento de Educação Física, Centro de Ciências da Saúde, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2020.
- HOBBSAWM, E. **A era das Revoluções 1789-1848**. 14. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.
- HOBBSAWM, E. **A era do capital 1848-1875**. 11. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005.
- HOBBSAWM, E. **A era dos extremos**. O breve século XX, 1914-1991. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- HOBBSAWM, E. **Mundos do trabalho**: novos estudos sobre a história operária. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015a.
- HOBBSAWM, E. **Os trabalhadores**: estudos sobre a história do operariado. 5. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015b.
- KLEIN, L. R. Cadê a criança do Ariès que estava aqui? A fábrica comeu... *In: SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL” 09, 2012 João Pessoa. Anais [...]. João Pessoa: UFPB, 2012. p. 3374-3393.*
- KUHLMANN JUNIOR, M. Histórias da educação infantil brasileira. **Revista Brasileira de Educação**, n. 14, maio/ago. 2000.
- KUHLMANN JUNIOR, M. **Infância e educação infantil**: uma abordagem histórica. Porto Alegre: Mediação, 1998.
- LIMA, M. P. Infância e educação: um olhar sobre as crianças nas pesquisas científicas. **Revista Educação e Cultura Contemporânea**, v. 11, n. 3, 2014.
- MARX, K. **Cadernos de Paris & Manuscritos Econômico-Filosóficos de 1844**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.
- MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2010.
- MARX, K. **O capital**. Livro 1: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MARX, K. **O capital**. Livro 2: o processo de circulação do capital. São Paulo: Boitempo, 2014.



- MARX, K. **O capital**. Livro 3: o processo global de produção capitalista. São Paulo: Boitempo, 2017.
- MOURA, E. B. B. de. Crianças operárias na recém-industrializada São Paulo. *In*: DEL PRIORE, M. (org.). **História das crianças no Brasil**. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2007.
- NETTO, J. P. **Apresentação**. São Paulo: Boitempo, 2010.
- NETTO, J. P. **Marx em Paris**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.
- OBRAS FUNDAMENTALES. **Escritos de juventud de Karl Marx e Friedrich Engels**. Cidade de México: Fondo de Cultura Económica, 1981. Volume 2.
- RAMOS, F. P. a História trágico-marítima das crianças nas embarcações portuguesas do século XVI. *In*: DEL PRIORE, M. (org.). **História das crianças no Brasil**. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2007.
- RIZZI, I. **A arte de governar crianças**. São Paulo: Cortez, 2009.
- RIZZI, I. **O século perdido**: raízes históricas das políticas para a infância no Brasil. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- RIZZI, I. **Vida nas ruas**: crianças e adolescentes. Rio de Janeiro: Loyola, 2003.
- RIZZINI, I. Pequenos trabalhadores do Brasil. *In*: DEL PRIORE, M. (org.). **História das crianças no Brasil**. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2007.
- SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica, quadragésimo ano**: novas aproximações. Campinas: Autores Associados, 2019.
- THOMPSON E. P. **A formação da classe operária inglesa I**. A árvore da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- THOMPSON E. P. **A formação da classe operária inglesa II**. A maldição de Adão. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2012a.
- THOMPSON E. P. **A formação da classe operária inglesa III**. A força dos trabalhadores. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2012b.
- VENÂNCIO, R. P. Os aprendizes da guerra. *In*: DEL PRIORE, M. (org.). **História das crianças no Brasil**. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2007.



Notas

¹ Doutorado em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Professor Titular da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Contato: jorgefernandohermida@yahoo.com.br

² No artigo 6º do Capítulo II – Dos Direitos Sociais – da CF/88, pode-se ler que “São direitos sociais a educação, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.” Por este e outros motivos, ela (a Constituição) ficou popularmente conhecida como sendo a *Constituição Cidadã*. (BRASIL, 1988, p. 36, grifo nosso).

³ Segundo Del Priore (2007), as primeiras publicações de Ariès foram *História das populações francesas e de suas atitudes face à vida desde o século XVIII* (1948) e *A criança e a família no Antigo Regime* (1960).

⁴ Entre os poucos artigos que se debruçaram sobre o tema, destaca-se o publicado pela professora Ligia Regina Klein, intitulado *Cadê a criança do Ariès que estava aqui? A fábrica comeu...* (Anais do IX Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil”. João Pessoa, julho de 2012), que se preocupa pela ausência da criança proletária nos relatos do pesquisador francês. Outro artigo, mas numa perspectiva diferente, de autoria de Góes e Florentino (2007) – *Crianças escravas, crianças dos escravos* –, enfatiza seu foco nas crianças que sofreram diretamente os desdobramentos mundiais da revolução industrial no mundo: as crianças escravas do universo agrário do Rio de Janeiro. Também merece nosso destaque o artigo *Crianças operárias na recém-industrializada São Paulo*, de autoria de Moura (2007), que foca seus relatos nos pequenos trabalhadores nas fábricas e oficinas em São Paulo a começos do século XX. Em *Pequenos trabalhadores do Brasil*, Rizzini (2007) disserta sobre a exploração da mão-de-obra infantil das crianças pobres do nosso país, do advento da República até os dias de hoje. Uma outra categoria de trabalhadores mirins foi o das crianças vinculadas a atividades bélicas. Deste tema, tratam os textos: *Os aprendizes da guerra*, de Venâncio (2007), e *A história trágico-marítima das crianças nas embarcações portuguesas do século XVI*, de Ramos (2007). Exceto o artigo de Klein (2012), todos os outros textos fazem parte da excelente coletânea, organizada por Mary del Priore (2007), intitulada *História das crianças no Brasil*.

⁵ Hobsbawm (2015a) cita uma série de historiadores, que, mesmo não pertencendo aos circuitos acadêmicos, foram capazes de elaborar trabalhos “impecáveis”. Entre eles, “...os Webbs, na Grã-Bretanha; Mehring, Bernstein e Mayer na Alemanha; Deutsch na Áustria; Dolléans na França. Vale lembrar que até mesmo em 1963 apareceu em nosso campo um trabalho não universitário de peso – *A Formação da Classe Operária Inglesa*, de E. P. Thompson –, pois Thompson o produziu enquanto era professor de educação de adultos do movimento operário, tendo se tornado professor universitário somente após a sua publicação” (HOBSBAWM, 2015a, p. 16).

⁶ Na nota de rodapé, pode-se ler que a dedicatória foi redigida em inglês e impressa separadamente da edição alemã de *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. A intenção do autor era enviar a edição (britânica) para personalidades e políticos ingleses.

⁷ Essa vivência junto à sociedade francesa foi extremamente produtiva, pois Karl Marx preparou e lançou os *Anais Franco-Alemães* em cujo único número duplo, de fevereiro de 1844, publicou *Para a Questão Judaica* (escrita em 1843) e *Contribuição à Crítica da Filosofia do Direito de Hegel* (redigida entre dezembro de 1843 e janeiro de 1844). Ainda, o jovem Marx investiu apaixonadamente nas suas leituras sobre Economia Política, e esses estudos lhe renderam outras duas publicações: os *Cadernos de Paris (Notas de leitura de 1844)* e os *Manuscritos econômico-filosóficos de 1844*. Para Netto, “Os *Cadernos* obviamente não estavam destinados à publicação: trata-se apenas de anotações pessoais que registram o curso das suas pesquisas; já os *Manuscritos* constituem uma protoforma do projeto editorial que Marx menciona no ‘prefácio’ que fazia parte de um dos materiais autógrafos conservados.” (NETTO, 2015, p. 10).

⁸ Doze pés quadrados equivalem a 13,378 metros quadrados.